

Vergonhas brasileiras

JOSÉ ELOY DOS SANTOS CARDOSO *

A execução do brasileiro Rodrigo Gularite no complexo de prisões de Nusakambangan, em Cilacap, na Indonésia, nos obriga meditar se no Brasil, pelo menos, tivéssemos a pena de prisão perpétua seria ótimo para aqueles que dão golpes e roubam o dinheiro público como os mensaleiros e os acusados da Operação Lava Jato. Afinal, o dinheiro roubado através de golpes na Petrobras e nas obras públicas superfaturadas pertence a todo o povo brasileiro. Se os bilhões subtraídos fossem investidos em novas escolas, novos e melhores hospitais e até na segurança pública o Brasil poderia estar em situação bem melhor.

Em brilhante artigo publicado no DIÁRIO DO COMÉRCIO, edição de sexta-feira (24), o presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas, Aristoteles Atheniense, com sua reconhecida competência e sabedoria, comentou a mais do que imprópria condecoração com a Medalha da Inconfidência ao comandante do MST — Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Pedro

Stédile. Escreveu Atheniense: "Assim, reputa-se a inoportuna concessão de um galardão a um agitador contumaz, que, ao longo de sua trajetória, somente tornou-se conhecido por temerárias atitudes que apontam a garantia de propriedade e o princípio de respeito à lei, assegurados na Constituição". No mesmo tom, as entidades empresariais manifestaram sua estranheza pela outorga de comenda "a quem comanda ações reprováveis de movimentos à margem da lei".

Dada a péssima repercussão nacional e internacional, comenta-se nas rodas domésticas e profissionais, nos organismos de classe e eclesásticas que essa comenda foi outorgada em má hora e representou um passo em falso mineiro, justamente quando o Brasil atravessa momentos difíceis interna e até internacionalmente. Mesmo para aqueles que não pertencem ao meio judiciário aplaudem os trabalhos que estão sendo feitos pela Justiça brasileira, pela Polícia Federal e outros organismos. Querem desmerecer o

Judiciário que, em processo regular, sem prejuízo do direito de defesa é, no mínimo, uma demonstração de leviandade ou problema de saúde mental. As paixões nunca devem ser sobrepor ao estado de direito ou aplaudir aqueles que cometem delitos para permitir a permanência de grupos no poder a qualquer custo.

Se esses delitos fossem cometidos em países asiáticos ou, para ser mais claro, na Indonésia, não haveria prisões ou balas de fuzil suficientes para justificar tantos delinquentes brasileiros que querem fabricar um novo Brasil a seu modo. O juiz Mozart Hamilton Bueno, que foi também condecorado com a medalha da Inconfidência pelo tempo em que foi militar e comandante da Polícia Militar em Barbacena, manifestando-se como brasileiro valente, devolveu a comenda ao governo mineiro em repúdio à condecoração dada a Stédile. Para ele, figurar no mesmo patamar seria a maior desonra.

* Economista, professor e jornalista

Importância das MPEs na economia

ROOSEVELT FAGUNDES *

As micro e pequenas empresas representam 99,2% dos estabelecimentos formais em Minas Gerais, o que corresponde a cerca de 1,65 milhão de trabalhadores. Em todo o Brasil, elas representam 27% do PIB do país, conforme dados do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Os números revelam a importância em incentivar e qualificar os empreendimentos de menor porte, inclusive os microempreendedores individuais. Eles promovem o desenvolvimento e contribuem para o progresso, além de serem a principal moia impulsionadora na redução das desigualdades sociais.

Uma pesquisa do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) revelou que as MPEs representam 99% da malha empresarial nacional. Elas são responsáveis por 52,3% dos empregos formais, equivalente a 13 milhões de trabalhadores, demonstrando a importância de investimentos, integrados a políticas públicas, visando aumentarem a força e a capacidade de crescimento dessas empresas.

Para o setor manter uma contínua expansão é necessário estabelecer mecanismos que propiciem maior vantagem competitiva em relação às grandes empresas, principalmente quanto à expansão do crédito, assim como linhas especiais de financiamento, de modo que o governo implemente melhores condições de empréstimos para financiarem a produção e serviços.

A alta carga tributária é inimiga das novas empresas. As estimativas econômicas apontam que o custo com os impostos podem chegar a 40% do faturamento anual das micro e pequenas empresas. Os tributos pesam, principalmente, no momento de formalização e contratação de pessoal. O problema se agrava ainda mais quando se observa a grande burocracia para

abertura de uma empresa.

A carga tributária precisa ser repensada para redução de impostos e estudar uma política de incentivo para atenderem, com maior amplitude, os anseios do setor, assim como promover uma política de desburocratização ainda maior para facilitar a abertura e fechamento das MPEs.

É muito comum observarmos empreendimentos que não deram certo em decorrência do uso de um investimento impróprio ou uma captação mal planejada. Os dados do Sebrae ainda revelam que sete em cada dez empresas brasileiras encerraram as atividades antes dos cinco anos e o principal motivo é a falta de planejamento financeiro e estratégico. A ausência de conhecimento sobre o novo negócio gera erros de gestão que podem ser fatais. Para os empresários, a maior dificuldade está na aquisição de financiamentos como um dos principais motivos para a falência.

Um fator que pode ser fundamental para o sucesso do micro e pequeno empreendedor é a pesquisa aprofundada de mercado. As empresas especializadas fazem estudos sobre o melhor investimento para cada tipo de negócio, focada nas necessidades específicas, tendo como base uma análise precisa das oportunidades existentes no mercado.

O sucesso e a longevidade de uma empresa dependem de vários fatores, aliados ao conhecimento sobre o mercado e a organização de cada empreendedor. Contudo, a necessidade de expansão de crédito e o incentivo do governo são imprescindíveis para a continuidade do crescimento das MPEs e por consequência da economia brasileira.

* Diretor da Estruturart Capital

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Motta Costa

press@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo

Vynn Maia

diario@diariodocomercio.com.br

Corrida que não pode ser perdida

Vencer os desafios do processo de desindustrialização que o país enfrenta implica, independentemente das atuais dificuldades conjunturais, melhorar as condições de competitividade da produção local. Uma das chaves para lograr êxito nessa empreitada é a inovação, terreno em que o país pouco tem avançado, uma realidade que pode ser comprovada no setor automotivo. Em termos de capacidade produtiva e de porte do mercado o Brasil entra na lista dos maiores do mundo, porém numa condição que é meramente repetitiva e copiada, portanto altamente dependente do ponto de vista tecnológico e distante de padrões competitivos globais.

Para vencer ou pelo menos reduzir estas barreiras e, principalmente, fortalecer a produção

interna de componentes, setor que perdeu muito espaço nos últimos anos, o governo lançou, faz três anos, o programa Inovar-Auto, oferecendo facilidades para a instalação de montadoras e ampliação do conteúdo local dos veículos produzidos, além de favorecer mais amplamente a inovação no setor. Foram avanços relevantes e que já produziram resultados, porém numa perspectiva um tanto imediatista ao deixar de lado aquela que deverá ser a principal marca evolutiva do setor automotivo global em futuro próximo. Estamos falando de veículos leves, destinados ao transporte individual, movidos a eletricidade.

O futuro, sem dúvida, tomará este caminho, conforme atesta recente anúncio da General Motors, segundo maior produtor no mundo, de lançamento no próximo ano de um automóvel com preços e autonomia competitivos, a ser ofertado pela primeira vez em larga escala. Fabricantes como Toyota, Volkswagen e Renault seguem na mesma direção, tendo em conta as restrições ambientais, além da insegurança com relação a suprimento e preços do petróleo. É o rumo da inovação e o Brasil, atualmente na sexta posição entre os maiores produtores mundiais, embora com baixa participação nas exportações, não pode ficar de fora dessa corrida que tende a se refletir em praticamente todas as atividades industriais, com as marcas mais fortes da inovação e da quebra de paradigmas.

A corrida de fato já começou e estamos ficando para trás, independentemente de circunstância atual de restrições na oferta de energia elétrica ou dos temores de que a substituição do petróleo represente uma ameaça aos projetos do país nesse campo. O petróleo, apontam especialistas, terá destinações mais nobres e seletivas, continuando essencial na oferta de energia. Por outro lado, acompanhar a evolução e as tendências da indústria automotiva é essencial para que a produção local encontre finalmente espaços relevantes nos mercados mundiais, o que tende a ser essencial para sua própria sobrevivência.

Para vencer ou pelo menos reduzir estas barreiras e, principalmente, fortalecer a produção interna de componentes, setor que perdeu muito espaço nos últimos anos, o governo lançou, faz três anos, o programa Inovar-Auto, oferecendo facilidades para a instalação de montadoras e ampliação do conteúdo local dos veículos produzidos, além de favorecer mais amplamente a inovação no setor. Foram avanços relevantes e que já produziram resultados, porém numa perspectiva um tanto imediatista ao deixar de lado aquela que deverá ser a principal marca evolutiva do setor automotivo global em futuro próximo. Estamos falando de veículos leves, destinados ao transporte individual, movidos a eletricidade.

É culpa da inflação?

MÁRCIO RODRIGUES *

A inflação, protagonista na década de 1980, tem se reafirmado na rotina dos brasileiros. O percentual acumulado em 2014 bateu a casa dos 6,41% e os efeitos de tal acréscimo são palpáveis nos variados setores. O cenário não é diferente nas empresas de panificação. Pesquisa realizada pelo site Mercado Mineiro aponta que a variação de preço médio do pão tipo francês nas padarias de Belo Horizonte chega a quase 67%. Isso significa que, na prática, o preço médio atinge R\$ 11,98 por quilo de um dos produtos básicos de maior consumo diário. A falta de trigo de qualidade no mercado brasileiro, a importação mais cara do grão pela desvalorização do real, além do aumento da energia elétrica são alguns dos fatores que justificam tal impacto no preço do pão.

A redução no ritmo de crescimento do setor de panificação vem acontecendo desde 2010. Durante o período, os custos das empresas do setor aumentaram 48,5%. Somente no ano passado, os preços dos produtos adquiridos pelas panificadoras no atacado tiveram um reajuste médio de 8,71%. A alta do salário médio nas padarias foi de 18,2%, o custo com embalagens

aumentou em 13,3% e a energia elétrica 14,8%.

Seria realmente injusto dizer que é tudo culpa da inflação? Fato que é conveniente atribuir a responsabilidade pela atual conjuntura do cenário a um conceito cujo conhecimento teórico é superficial, mas com o qual empresários e consumidores têm intimidade no cotidiano. Vale inserir nessa pauta que a redução do crescimento do setor é reflexo da diminuição do fluxo de clientes nas padarias e aumento de preços no mercado.

Em 2014, as empresas de panificação cresceram 8,02%, atingindo o faturamento de R\$ 82,5 bilhões. Foi a menor taxa de expansão do setor nos últimos oito anos e o terceiro ano consecutivo de redução na rentabilidade, segundo levantamento do Instituto Tecnológico de Panificação e Confeitaria (ITPC), em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip).

Mas o que por alguns pode ser interpretado como crise, se revela uma oportunidade do mercado. O setor de panificação está se aprimorando e se tornando mais competitivo. Trazer o cliente para a loja

tem sido um grande desafio. As pessoas hoje têm cada vez mais opções e muitas vezes o consumidor faz escolhas de acordo com sua comodidade e facilidade, combinando a preços compatíveis ao seu poder de compra.

Debater e aprimorar estratégias de mercado é passo fundamental para que as empresas de panificação se tornem cada vez mais sustentáveis e rentáveis, adjetivos que no momento são primordiais à sobrevivência do negócio. Em conformidade a esse cenário, a regional Contagem da Associação Mineira da Indústria de Panificação (Ampião) apresentou ontem as oportunidades e tendências do setor de panificação.

É visível que os custos estão subindo muito e a panificação está pressionada. É um fato. Quando o preço sobe para acompanhar o aumento dos custos não é possível ter o mesmo volume de vendas. É o mercado. Ao que parece, a inflação nunca esteve tão influente, e nós tão preciosistas com o pão nosso de cada dia. É a vida.

* Presidente do Instituto Tecnológico de Panificação e Confeitaria (ITPC)

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda. Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456		Comercial	Representantes
Telefones		comercial@diariodocomercio.com.br	São Paulo-SP - Alameda dos Maracatins, 508 - 9º andar CEP 04089-001 (11) 2178.8700
Geral: 3469-2000		Gerente Industrial	Rio de Janeiro-RJ - Praça XV de Novembro, 20 - sala 408 CEP 20010-010 (21) 3852.1588
Administração: 3469-2006		Manoel Evandro do Carmo	Brasília-DF - SCN Ed. Liberty Mall - Torre A - sala 617 CEP 70712-904 (61) 3327.0170
Redação: 3469-2020		Assinatura semestral	Recife - Rua Helena de Lemos, 330 - salas 01/02 CEP 50750-280 (81) 3446.5832
Comercial: 3469-2060		Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 286,00 Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento	Curitiba - Rua Antônio Costa, 529 CEP 80820-020 (41) 3339.6142
Circulação: 3469-2071		Assinatura anual	Porto Alegre - Av. Getúlio Vargas, 774 - C. 401 CEP 91050-02 (51) 3231.5222
Industrial: 3469-2085 3469-2092		Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 539,00 Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento	Preço do exemplar avulso:
Diretoria: 3469-2097		Assinatura anual	Exemplar avulso R\$ 2,50
Fax: 3469-2015		Assinatura anual	Exemplar avulso atacadado R\$ 3,50
Assinatura: 3469-2001		Assinatura anual	Exemplar para outros estados R\$ 3,50*
redacao@diariodocomercio.com.br		* (+) valor de postagem	
Filiado à ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS DE JORNALIS		(Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto)	